





O PROTAGONISMO DOS SEM TERRINHA NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA E POR EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MST


The role of the Landless in the struggle for Agrarian Reform and Rural Education in MST (Landless Workers Movement)

Alex VERDÉRIO

Centro de Formação de Professores
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Amargosa, Brasil
alexverderio@ufrb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-0492-6543> 

Janaine Zdebski da SILVA

Centro de Formação de Professores
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Amargosa, Brasil
janainezs@ufrb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0265-0720> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Apresenta apontamentos acerca do protagonismo infanto-juvenil na luta por reforma agrária e na luta por uma Educação do Campo, afirmando crianças e adolescentes como sujeito social de direito que, por meio de ações coletivas, colocam-se na reivindicação por condições dignas de viver a condição infanto-juvenil no campo. Considerada sua inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, voltou-se a análise para o conjunto de ações protagonizadas pelas crianças e adolescentes Sem Terrinha que concretizam sua participação no processo de luta pela terra, por meio de uma pauta de reivindicação específica vinculada à reforma agrária e à Educação do Campo. O conjunto de questões apontadas pelos Sem Terrinha em seus manifestos e cartas permite compreender a concretização da luta por reforma agrária e por uma Educação do Campo como desafios presentes no cotidiano das crianças e adolescentes em acampamentos e assentamentos de reforma agrária, tendo-os como protagonistas desses processos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Reforma Agrária. Infâncias. Sem Terrinha. Protagonismo infanto-juvenil.

ABSTRACT

It presents notes about the infanto-juvenile protagonism in the struggle for agrarian reform and in the struggle for a Rural Education, affirming children and adolescents as a social subject of law that, through collective actions, place themselves in the claim for conditions worthy of living the childhood-youth condition in the Rural Area. Considering its inclusion in the Landless Rural Workers Movement, the analysis turned to the set of actions protagonized by the children and adolescents who realize their participation in the process of Fighting for the land, through a specific claim agenda linked to agrarian reform and the Countryside Education. The set of issues pointed out by the Landless in their manifestos and letters allows to understand the realization of the struggle for agrarian reform and for a Rural Education as challenges present in the daily life of children and adolescents in camps and settlements of agrarian reform, having them as protagonists of these processes.

KEYWORDS: Rural Education. Agrarian Reform. Childhoods. Landless. Child and youth protagonism.

INTRODUÇÃO

No marco dos quarenta anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e considerando os trinta e três anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, o presente estudo está voltado para a realidade das crianças e adolescentes na luta pela terra em nosso país. Para tanto, foi assumida a perspectiva de registrar alguns pontos de análise sobre a inserção da criança e do adolescente na luta pela terra, em especial, na ação do MST. Nesse sentido, toma-se por referência a pesquisa realizada no âmbito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que teve por foco a Agenda Infâncias e Adolescências Invisibilizadas – Crianças e Adolescentes em áreas de Reforma Agrária (Pellanda; Frossard, 2021).

Ao tomar como ponto de análise a invisibilidade da(s) infância(s) no campo brasileiro, tendo em conta a questão agrária e a forma histórica do capitalismo no Brasil, verificou-se que a ação do Estado passa a estar colocada como fundante na construção dessa invisibilidade no âmbito das políticas sociais, sobretudo, na não concretude dessa abordagem nas políticas educacionais.

Concordando com o apontamento de Ramos, Leite e Rezende (2020, p. 3), que apreendem a infância como um tempo importante para a formação da vida, é importante destacar que na sociedade capitalista essa assertiva é bastante limitada, pois,

A negação histórica de um “lugar” social às crianças, juntamente com os inúmeros direitos negados e negligenciados pelo Estado e que são verificados na realidade de diferentes infâncias pelo Brasil afora refletem um processo de inviabilização cotidianamente vivenciado por crianças e adolescentes em diferentes contextos sociais e que, muitas vezes, é gerado pelo próprio Estado (Pellanda; Frossard, 2021, p. 54).

Na contramão desse processo de invisibilização vivenciado cotidianamente por crianças e adolescente no Brasil, coloca-se de maneira contundente o próprio fazer desses sujeitos no contexto da luta pela terra e isso tem se apresentado como elemento constituinte da afirmação infanto-juvenil na luta pela reforma agrária e pelo direito à Educação do Campo, que passam a sustentar uma inserção pautada no protagonismo infanto-juvenil em importantes frentes que se conectam a luta pela terra no país.

Crianças e adolescentes reivindicam um lugar ativo na definição de sua própria condição infanto-juvenil já não como “[...] seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social [...]” (Cohn, 2005, p. 21). As crianças e

adolescentes Sem Terrinha são seres sociais plenos, que conquistam sua legitimidade como sujeito social de direito na luta pela terra.

Para tanto, foi considerada a inserção e o dimensionamento do debate e da compreensão acerca da infância no contexto da luta do MST (MST, 2004; 2007 e 2014), bem como, o conjunto de ações protagonizadas pelas próprias crianças e adolescentes em tal contexto e que foram delineando o que passou a ser identificado pelas próprias crianças como identidade dos Sem Terrinha.

No âmbito da investigação educacional, conforme estudo de Souza (2020), no período entre 1986 e 2019 são identificados 1.310 trabalhos elaborados nos Programas de Pós-graduação em Educação – níveis de mestrado e de doutorado – que versam sobre o MST e a Educação do Campo. Desse conjunto de pesquisas identificadas por Souza (2020), em 45 trabalhos são abordadas questões relacionadas à infância do campo.

No que tange ao recorte específico relacionado às práticas do MST, Souza (2020) identificou a existência de 359 trabalhos, sendo que destes, em 15 são tratados temas sobre a infância, a Educação Infantil e os Sem Terrinhas.

Deste modo, o tema infanto-juvenil no contexto do MST, apresenta-se como questão latente que pode delinear importantes elementos para compreensão dessa construção no interior da luta pela terra, com uma especial incidência nos processos de formação de professores(as), sobretudo, nos cursos de licenciaturas voltados para a formação de educadores(as) do campo, tais como, os cursos de Pedagogia para Educadores do Campo e/ou Pedagogia da Terra e as Licenciaturas em Educação do Campo (Verdério; Silva; Campos; Leite, 2021 e Verdério, 2021).

Conforme nos ensina Arroyo (2012), a formação de educadores(as) do campo necessita incorporar

[...] os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que as especificidades de ser-viver a infância-adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar... (Arroyo, 2012, p. 363).

Nesse quadro, a pauta de reivindicação infanto-juvenil no contexto da reforma agrária e na luta por uma Educação do Campo pode expressar importantes subsídios nos processos de formação inicial e continuada de professores(as), nos quais, a criança e o adolescente, inseridos no contexto da luta pela terra, possam ser visualizados em seu protagonismo.

A INFÂNCIA NO CONTEXTO DO MST

O MST tem sua origem no final da década de 1970 e início de 1980, no enfrentamento direto dos Sem Terra à Ditadura Militar e na sua participação efetiva na luta e na mobilização pela retomada da democracia no Brasil. Ainda em 1979, tem-se como referência as ocupações Magali e Brilhante, na Fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul (Morissawa, 2001).

De acordo com Stedile e Fernandes (2012), em meados de 1981, nas mobilizações de solidariedade ao Acampamento da Encruzilhada Natalino, também no município de Ronda Alta - RS, tem-se o germe do que seria a maior organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra no Brasil.

Articulado oficialmente no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, ocorrido entre 20 e 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel, no Paraná, o MST assume os desafios de lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar pela transformação social.

Ao longo dos quase quarenta anos de sua existência o MST tem se afirmado como um movimento social de ocupação de terras improdutivas com a organização de acampamentos e a conquista de assentamentos por todo território nacional. Diferentemente de outras organizações sociais populares do campo, o MST tem em sua base organizativa a família Sem Terra constituída pelas diversas gerações – idosos, adultos, jovens e crianças – que organizados no movimento social, passam a ser os protagonistas de toda ação coletiva organizada e realizada pelo conjunto do MST.

De acordo com informações dispostas em sua página oficial na *internet*, “o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais” (MST, 2023).

De acordo com Ravena (2020), em seus quase quarenta anos de existência, o MST como movimento social, constitui-se como um Movimento

[...] de todos, inclusive de mulheres, jovens e crianças, mostrando, na prática, que havia (e há) outros modos de vida em sociedade e, mais do que sociedade, há modos de vida em comum, realizados em comunidades. O MST percebe que, além de condutas adultas, ele também existe como movimento social junto às crianças, desde pequenas (Ravena, 2020, p. 17).

A característica originária da base social do MST evidencia com objetividade a presença efetiva das crianças e adolescentes nas ocupações, nos acampamentos, nas marchas, nas ocupações, nos assentamentos e nas mobilizações de luta pela terra. Ou seja, em acordo com a compreensão de Cohn (2005) podemos compreender também

que onde quer que esteja o Sem Terrinha, ele “[...] interage ativamente com adultos e outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis sociais que assume e de suas relações” (Cohn, 2005, p. 28).

Essa presença efetiva da realidade infanto-juvenil trouxe para o centro da luta pela terra a necessidade concreta de pensar e constituir espaços específicos para tais demandas. “No início, duas necessidades deram origem às primeiras experiências de atendimento às crianças: nos assentamentos, a participação das mulheres na produção [...] e no conjunto do MST [...], na militância, nos cursos e encontros de formação [...]” (MST, 2004, p. 23). Deste modo, num primeiro momento, as demandas das crianças Sem Terrinha estiveram conectadas de maneira direta à possibilidade de participação das mães Sem Terra nas atividades do Movimento, assim foi constituída a Ciranda Infantil do MST.

Ciranda Infantil é um espaço educativo da infância Sem Terra, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e mantidos por cooperativas, centros de formação e pelo próprio MST, em seus assentamentos e acampamentos. O nome foi escolhido pelo fato de ciranda remeter à cultura popular e estar presente nas danças, brincadeiras e cantigas de roda vivenciadas pelas crianças no coletivo infantil (Rossetto; Silva, 2012, p. 125).

Ao ser constituído um espaço específico para atendimento da demanda da infância no MST – por meio do protagonismo vivenciado pelas crianças – foi se forjando a identidade dos Sem Terrinha.

As crianças sempre estiveram presentes na história do MST, ou se faziam aparecer no processo, como sujeitos. Inicialmente chamados de meninos e meninas, crianças, sem-terra (minúsculo e com hífen), alunos. Na atualidade conquistaram uma identidade própria, crianças Sem Terra (letra maiúscula) ou infância Sem Terra, educandos na escola, Sem Terrinhas para o Movimento. Apareceram em vários cenários vivos em busca da reforma agrária (Gehrke, 2010, 50).

Ainda de acordo com Ramos e Aquino (2019, p. 170),

A criança Sem Terrinha se forma no movimento da luta na perspectiva da organização do coletivo infantil como lutadoras e construtoras da história da infância no MST. Nesse processo é iniciada a luta pelo direito ao acesso à escola dentro dos acampamentos e assentamentos, combatendo a escola burguesa que discrimina as crianças pobres, Sem Terra, as crianças negras e as crianças indígenas ao negar-lhes o direito à educação.

No decorrer da caminhada histórica do MST em seus quarenta anos de existência, tendo a primeira mobilização específica de crianças e adolescentes realizada no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1994 e a instituição e o enraizamento da Ciranda Infantil com sua primeira experiência em nível nacional efetivada no ano de 1997 (Rossetto, 2021), o debate e as reflexões acerca da inserção infanto-juvenil na luta pela

terra foi sendo ampliada e aprofundada em acordo com o dimensionamento da ação do Movimento.

Observando o processo histórico do MST, percebemos que as crianças, aos poucos, foram conquistando espaços significativos na organização. As crianças Sem Terra, enquanto sujeitos que constroem sua participação histórica na luta pela terra e que desenvolvem e assumem o sentido de pertença a esta luta, enquanto crianças do campo, vêm reconstruindo a noção de criança e infância do campo; numa perspectiva emancipatória, demonstrando que as crianças da classe trabalhadora têm capacidade de lutar, defender seus direitos e construir um projeto de sociedade sem perder a dimensão lúdica e revolucionária da sua classe, inclusive reeducando o olhar dos adultos com relação a esses aspectos (Rossetto, 2021, p. 200).

Assim, consideradas as mobilizações infanto-juvenil e a efetividade das Cirandas Infantis, as reflexões em torno da Educação Infantil no MST foram tomando corpo. Neste contexto, em novembro de 2004 foi publicado o Caderno de Educação nº 12 intitulado “Educação Infantil: movimento da vida dança do aprender” (MST, 2004). Essa elaboração registrou a importante trajetória da inserção infanto-juvenil na atuação do MST, sendo que,

As discussões em torno da Educação Infantil no MST surgiram da necessidade de compartilhar com as famílias Sem Terra os cuidados e a educação de seus filhos e filhas, sendo coerente com os ideais de justiça e transformação social que buscamos concretizar, combinando a luta pela garantia do direito à educação infantil com a intenção de construirmos coletivamente a formação de nossas famílias, das comunidades assentadas e acampadas, que constituem o MST. Considerando o Movimento um grande educador das crianças Sem Terrinha, pois este é o meio no qual elas vivem suas infâncias, participando da luta pela terra, pela Reforma Agrária (MST, 2004, p. 23).

Em maio de 2007, como sequência no debate sobre a infância, o MST realizou o “Seminário Nacional: o lugar da infância no MST” (MST, 2007) e evidenciou uma preocupação coletiva acerca da infância no contexto da luta pela terra.

Como desdobramento direto do “Seminário Nacional: o lugar da infância no MST” (MST, 2007), tem-se a publicação do “Caderno da Infância nº 01” (MST, 2011), um material com orientações para o trabalho de base voltado para o debate sobre a educação da Infância Sem Terra. Nessa oportunidade o MST registra no trabalho com toda sua base social uma importante qualificação em sua apreensão, reconhecendo as crianças e adolescentes como importantes sujeitos na construção do Movimento.

O lugar da criança do Movimento é no MOVIMENTO. Ela não pode ser pensada em separado da luta de sua família, de todos e todas Sem Terra. Ela está presente no dia a dia da comunidade, nos acampamentos, nas mobilizações, nos Encontros e cursos de formação. Por isso, temos que reconhecer a criança como sujeito do nosso Movimento. Temos que garantir espaços para o protagonismo das crianças, espaços para brincar e com intencionalidade pedagógica. Valorizar os/as educadores/as infantis, garantindo a eles melhor formação pedagógica e humana. Repensar constantemente nossa relação com as crianças. Lutar por políticas públicas que

garantam espaços e condições para que nossas crianças vivam sua infância com dignidade (MST, 2011, p. 17).

Já em agosto de 2014, na continuidade da promoção do debate sobre a infância no interior do MST, foi realizado o “II Seminário Nacional da Infância Sem Terra” (MST, 2014) que teve por objetivos:

- realizar o debate sobre a infância Sem Terra e o seu protagonismo no MST, projetando ações coletivas (intersectoriais) no trabalho de formação com as crianças;
- definir as linhas políticas para o trabalho para e com as crianças Sem Terra;
- fortalecer o compromisso de uma produção e sistematização coletiva da experiência no trabalho com a infância do MST (MST, 2014, p. 173).

Naquela oportunidade para dar conta do desafio do aprofundamento acerca das reflexões em torno da infância Sem Terra no interior do MST, definiu-se pelo delineamento de linhas de ação e de encaminhamentos (MST, 2014) que dessem conta desse “quê fazer”.

Em decorrência do aprofundamento do debate acerca da infância no MST, conforme informações publicadas pelo Jornal Brasil de Fato (Tatemoto, 2018), em julho de 2018 foi realizado o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Essa ação de cunho nacional e que reuniu 1.200 Sem Terrinhas dos 24 estados onde o MST está organizado colocou-se como um momento de culminância de um processo contínuo de compreender a infância e a adolescência no contexto da luta pela terra como sujeito social de direito, e por isso mesmo, como protagonistas na luta por reforma agrária e por Educação do Campo.

Desde 1994, todos os anos, fazemos em nossos estados a Jornada Nacional das Crianças Sem Terrinha. Há algum tempo, preparamos o Encontro, conversamos com muitas crianças sobre como é a vida em nossos assentamentos e acampamentos. A gente brinca, grita, canta, estuda e também luta. Por isso, viemos para esse Encontro gritando: “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar por Reforma Agrária Popular!”.

O Encontro é um espaço pra gente conhecer muitas crianças Sem Terrinha e crianças de outros movimentos populares do campo e da cidade do Brasil e de outros países [...]. Queremos que todas as crianças do Brasil e do mundo possam ser felizes e livres, soltar pipa, jogar bola, brincar de roda e estudar (MST-Nacional, 2018).

Adjacente a essa compreensão do protagonismo infanto-juvenil na luta pela terra – concretizada na efetiva participação dos Sem Terrinhas na luta por reforma agrária e por Educação do Campo – tem-se a disposição afirmada no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o qual assevera: “Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (Brasil, 1990).

Assim, o protagonismo das crianças e adolescentes Sem Terrinha na luta pela terra coloca-se como a efetivação da compreensão de conceber a infância e a adolescência como sujeito social de direito, na vivência do direito de opinião e de expressão; do brincar, praticar esportes e divertir-se; do participar da vida familiar e comunitária; e do participar da vida política, conforme nos indica o ECA, em seu artigo 16.

O PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA E POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para identificar a construção da identidade Sem Terrinha na luta pela terra no Brasil e mapear as ações que evidenciam o protagonismo infanto-juvenil nesse contexto, foram tomados um conjunto de elaboração das crianças e adolescentes no contexto da luta por reforma agrária que refletem o delineamento e a afirmação da pauta de reivindicação infanto-juvenil e que mantém vínculos sensíveis com a luta por uma Educação do Campo. A construção dos documentos elaborados pelas crianças e adolescentes Sem Terrinha foi efetivada junto a realização de atividades em níveis nacional e estaduais que expressam o protagonismo infanto-juvenil na luta por políticas públicas e na afirmação de direitos sociais, em especial, a educação.

Os documentos analisados se constituíram em seis manifestos e três cartas que tiveram sua elaboração entre os anos de 2014 e 2019. As elaborações foram sistematizadas por crianças e adolescentes de assentamentos e acampamentos de reforma agrária de todo o Brasil participantes de atividades realizadas em cinco estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais – e em duas atividades de nível nacional.

Quadro 1 – Manifestos e Cartas dos Sem Terrinha 2014 – 2019

Elaboração	Período	Documento	Temas e lemas das atividades
MST-Nacional	Fevereiro 2014	Manifesto dos Sem Terrinha à Sociedade Brasileira – VI Congresso Nacional do MST – Ocupação do MEC	Sem Terrinha pelo direito de viver e estudar no campo!
MST-PR	Novembro 2016	Manifesto dos Sem Terrinha – 12º Encontro Estadual dos Sem Terrinha	Sem Terrinhas pelo direito de viver e estudar no campo.
MST-RS	Outubro 2017	Carta dos Sem Terrinha da Região Sul – I Encontro dos Sem Terrinha da Região Sul do Rio Grande do Sul	Somos Sem Terrinha!
MST-PE	Outubro 2017	Carta dos Sem Terrinha – XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha	“Alimentação Saudável” para brincar e lutar pelos direitos de todas e todos Sem Terrinhas.

MST-PB	Outubro 2017	Manifesto das Crianças Sem Terrinha da Paraíba	Pode bater o pé e levantar poeira porque os Sem Terrinha não estão só de brincadeira.
MST-Nacional	Julho 2018	Manifesto das Crianças Sem Terrinha – 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha	Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir, lutar por Reforma Agrária Popular!
MST-PR	Outubro 2019	Manifesto das Crianças Sem Terrinha – XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha	Pelo direito de brincar, lutar e construir a Reforma Agrária Popular!
MST-MG	Outubro 2019	Manifesto do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha da Regional Milton Freitas (Metropolitana)	Sem Terrinha em Movimento: por terra, escola e dignidade!
MST-RS	Outubro 2019	Carta das Crianças Sem Terrinha – 19º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha	Sem Terrinha em Movimento: por terra escola e dignidade!

Fonte: Organização do(a) autor(a) a partir de Pellanda e Frossard (2021).

A análise do conjunto de documentos elencados permite verificar com objetividade o perfil e a participação das crianças e adolescentes na luta pela terra no Brasil a partir da sistematização dos aspectos constituintes da identidade Sem Terrinha no contexto da luta por reforma agrária. Essa apreensão encontra respaldo na própria configuração dos lemas e temas das atividades, conforme expresso no Quadro 1.

Em relação a sua autoidentificação, as crianças e adolescentes registram com firmeza o seu autoreconhecimento como Sem Terrinhas que fazem parte do MST. Essa apreensão foi explicitada com veemência no Manifesto das Crianças Sem Terrinha elaborado em decorrência do 1º Encontro Nacional em Brasília que foi realizado em Brasília – DF, entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, no qual as crianças e adolescentes participantes afirmaram: “Somos Crianças Sem Terrinha do MST! Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Junto com nossos pais ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar de brincar e ser feliz” (MST-Nacional, 2018). Da mesma forma, no Manifesto dos Sem Terrinha à sociedade brasileira, sistematizado durante a realização da Ciranda Infantil do VI Congresso Nacional do MST, em fevereiro 2014, ao realizarem a ocupação do prédio do Ministério da Educação (MEC), as crianças e adolescentes anunciaram: “Nós somos Sem Terrinha de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil e estamos participando do VI Congresso Nacional do MST e da Ciranda Infantil Paulo Freire. Viemos protestar pelos nossos direitos, por Reforma Agrária e lutar por um Brasil melhor” (MST-Nacional, 2014).

Junto a afirmação da identidade Sem Terrinha, as crianças e os adolescentes têm apresentado como se dá a vida no acampamento e/ou assentamento e corroboram com a leitura de Fernandes quando este pontua que “[...] o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões

da vida” (Fernandes, 2008, p. 40). Em sua elaboração produzida na Ciranda Infantil do VI Congresso Nacional do MST, as crianças e adolescentes Sem Terrinha identificam que

[...] nos acampamentos e assentamentos plantamos para comer e para vender para o povo da cidade. É uma policultura, há várias plantações e criações de bichos. Lá tem macaxeira, feijão, milho, melancia, galinha, bode, gado e suíno. E não precisa usar veneno, porque com a criação de bichos pode diminuir bastante os besouros e as lagartas que estragam as plantações. As terras são todas roçadas para poder plantar (MST-Nacional, 2014).

Além da identidade Sem Terrinha e da conexão direta com a vida no acampamento e/ou assentamento, outra questão bastante presente nas elaborações das crianças e adolescentes está voltada para o diálogo com a sociedade. Neste aspecto, destaca-se o registro presente na Carta dos Sem Terrinha da Região Sul, elaborada no I Encontro dos Sem Terrinha da região Sul do Rio Grande do Sul, em outubro de 2017.

Lutaremos para que nosso país seja livre e democrático, que os direitos de todos, inclusive das crianças, sejam preservados e valorizados; que o estado e os municípios nos respeitem e nos garantam o que é nosso por direito. Mesmo pequenos queremos avisar que estamos atentos, pois o que vocês fazem hoje pode modificar o que seremos amanhã (MST-RS, 2017).

Para fins da análise aqui proposta, as elaborações das crianças e adolescentes Sem Terrinhas foram organizadas em dois eixos temáticos que circunscrevem a luta pela terra no Brasil, sejam eles: a luta por reforma agrária e a luta por uma Educação do Campo nesse contexto.

A reivindicação infanto-juvenil dos Sem Terrinha por reforma agrária

No que diz respeito à luta por reforma agrária, as crianças e adolescentes Sem Terrinha registram em seus manifestos e cartas questões que perpassam e incidem sobre suas vidas nos acampamentos e nos assentamentos.

Em relação à luta por reforma agrária, propriamente dita, de acordo com Pellanda e Frossard (2021) é possível verificar com objetividade uma pauta de reivindicações no conjunto das elaborações das crianças e adolescentes Sem Terrinha. Dentre as reivindicações registradas nos seis manifestos e nas três cartas analisadas, têm-se:

- Desapropriação e distribuição das terras para realização da reforma agrária;
- Consolidação dos assentamentos com toda infraestrutura necessária;
- Garantia da liberdade e de condições dignas para viver no campo;
- Eliminação da violência contra os Sem Terra;
- Ação do Estado no cumprimento de função de garantir a segurança do povo;
- Garantia ao acesso à casa boa para morar;
- Ações de promoção da Agroecologia;

- Ações de promoção da Cooperação;
- Viabilização de condições para a produção de alimentos saudáveis;
- Potencialização da Soberania Alimentar nas comunidades;
- Promoção da produção de alimentos gostosos e sem venenos;
- Acesso à internet de qualidade;
- Participação no PNAE e no PAA;
- Melhorias nas estradas;
- Diversificação do cultivo na agricultura (Pellanda; Frossard, 2021, p. 74).

O conjunto de questões identificadas nas elaborações das crianças e dos adolescentes Sem Terrinha apresenta com muita objetividade sua compreensão sobre os inúmeros aspectos que constituem a luta por reforma agrária no Brasil.

Essa compreensão abrangente evidenciada pelas crianças e adolescentes em suas elaborações têm por base suas vivências nos acampamentos e assentamentos e dizem respeito a uma leitura bastante apurada da realidade vivenciada na luta pela terra no país. Fica evidente uma compreensão sobre a necessidade de consolidação da reforma agrária como política de Estado, o que passa pela desapropriação de terras, pela criação de assentamentos e pela concretização de toda infraestrutura básica para qualificação da produção da vida e da existência para si e para suas famílias. Isso corrobora com o registro presente no Manifesto dos Sem Terrinha elaborado no 12º Encontro Estadual dos Sem Terrinha, realizado em 2016, em Curitiba – PR, no qual os Sem Terrinha pontuaram: “Nosso grande sonho de Sem Terrinha, é ver a terra repartida e que todas as crianças e suas famílias tenham um lugar para morar, trabalhar e viver” (MST-PR, 2016).

Junto à questão mais ampla de acesso à terra, são registradas questões outras, relativas à alimentação saudável, à saúde e ao acesso ao esporte e lazer. Isso permite apreender uma assertiva na elaboração das crianças e adolescentes que aponta para uma compreensão ampliada de reforma agrária, para além do acesso à terra, que sinaliza para a necessidade de condições dignas de vida que viabilizem a permanência no espaço do campo.

A reivindicação à saúde em conexão direta com o direito à alimentação saudável foi evidenciada com profundidade pelas crianças e adolescentes Sem Terrinha participantes do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha da Regional Milton Freitas (Metropolitana), em Minas Gerais no ano de 2019:

Nós precisamos garantir saúde em todos os nossos territórios. Saúde é comer bem, plantar, ser companheiro, e melhorar a vida nas nossas áreas, começando das pequenas ações para as grandes transformações. Somos do MST, queremos ser sem terrinha saudáveis, criativos e em movimento, construindo a luta sem terra sem deixar de ser criança, brincar, sorrir e lutar (MST-MG, 2019).

No que tange a saúde no contexto da reforma agrária, Pellanda e Frossard (2021, p. 68) verificam a compreensão dos Sem Terrinha acerca do papel do Estado na efetiva garantia das políticas públicas de saúde, nas quais, nas percepções das crianças e adolescente, a Unidade Básica é o ponto de referência para o conjunto de ações voltadas à saúde nas Comunidades, “[...] precisamos de melhorias como na saúde, é necessário ter unidades de saúde com equipe médica, terapias e tratamentos naturais para que a gente não fique muito tempo nas filas e tenha um atendimento de qualidade” (MST-PR, 2016). Na saúde, as crianças e os adolescente Sem Terrinha reivindicam “Garantia de acesso à Saúde; Construção e viabilização do funcionamento de Unidades de Saúde nos Assentamentos; Ampliação das terapias e tratamentos naturais” (Pellanda; Frossard, 2021, p. 68).

O acesso ao esporte e lazer aparece com frequência nas elaborações das crianças e dos adolescentes Sem Terrinha e é apreendido numa relação explícita com o ato de brincar, como vivência da diversão e da recreação. Isso fica explícito no Manifesto das Crianças Sem Terrinha, elaborado no 1º Encontro Nacional em Brasília, ocorrido em julho de 2018, em Brasília – DF.

Queremos que sejam construídas quadras de esportes, refeitório e parquinho infantil, que o pátio das escolas seja grande pra [sic] podermos brincar. A alimentação das escolas precisa melhorar, ter mais produção da reforma agrária e da agricultura camponesa familiar. Queremos que nossas escolas sejam bonitas e agradáveis, que tenham hortas, aulas de espanhol, biblioteca, música, dança, teatro, desenho, pintura, que sejam seguras e boas de estudar. Queremos assistir filmes e poder fazer passeios pra [sic] conhecer outros lugares, outras artes, outras pessoas (MST-Nacional, 2018).

De modo geral, no esporte e lazer as crianças e os adolescentes Sem Terrinha em seus manifestos e cartas reivindicam a:

- Realização de atividades de recreação, diversão e brincadeiras nas Comunidades;
- Construção de espaços de lazer e de esporte nas Comunidades;
- Construção de piscinas de natação;
- Construção de quadras poliesportivas;
- Construção de bibliotecas, como espaço de fortalecimento da mística, da arte, da cultura (Pellanda; Frossard, 2021, p. 69).

Outro ponto latente na elaboração dos Sem Terrinha, diz respeito à insegurança e à violência vivenciada cotidianamente na luta pela terra e a reivindicação incisiva para que o Estado cumpra seu dever na segurança do povo.

Queremos que não tenha mais violência contra os Sem Terra e que o Estado cumpra sua obrigação de garantir a segurança do povo, nós Sem Terrinha estamos sentindo que nossas famílias estão sendo discriminadas, ameaçadas e tratadas como “bandidos”, criminalizando nosso direito de luta. E isso deixa nós Sem Terrinha com medo, exigimos respeito e o direito de permanecer em nossas terras. Pois nossas

famílias produzem alimentos que ajudam alimentar a população da cidade e melhorar a economia do município (MST-PR, 2019).

Essa denúncia da falta de segurança e da violência a que estão submetidas as crianças, os adolescentes e seus familiares na luta pela terra no Brasil nos remetem aos dados organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023) que registraram que no ano de 2022 ocorreram o assassinato de 47 pessoas nos conflitos no campo no Brasil. A atualidade de tais dados impõe a emergência e a premência de considerar a denúncia e o grito das crianças e dos adolescentes Sem Terrinha que – por meio de seus manifestos e cartas – dão contornos tão perturbadores e alarmantes aos dados da violência sofrida cotidianamente por milhares de famílias na luta pela terra no Brasil.

A reivindicação infanto-juvenil dos Sem Terrinha por Educação do Campo

No âmbito da luta por uma Educação do Campo no contexto da reforma agrária, considerada a relevância que a educação tem na vida e, por conseguinte, nas reivindicações e nas elaborações das crianças e adolescentes Sem Terrinha, conforme disposto por Pellanda e Frossard (2021), essa temática pode ser desdobrada em outros subtemas: Escolas do Campo, trabalho pedagógico nas Escolas do Campo, professores(as), transporte escolar e alimentação escolar.

De modo geral, quando se referem à educação de maneira mais ampla, as crianças e os adolescentes Sem Terrinha tecem contundentes denúncias sobre a realidade que vivenciam pela falta ou pela precariedade das escolas.

Ainda não temos as condições necessárias nos nossos assentamentos. Nosso direito à escola de qualidade é negado! Nossa vida escolar é prejudicada pelas más condições das estradas, que quando chove o transporte escolar não circula. Por vezes ficamos 3 dias da semana sem aulas em vista das situações das estradas. Também falta infraestrutura nas escolas e não temos biblioteca, laboratórios e até sala de aula. Não temos rede de internet e chove dentro da escola (MST-RS, 2019).

Por sua vez, no âmbito da reivindicação, os Sem Terrinhas fazem referência em suas elaborações ao acesso à educação de qualidade e em todos os níveis; à garantia da educação escolar nos acampamentos por meio das Escolas Itinerantes; à proibição do fechamento de escolas; e ao acesso à Educação Infantil com a construção de Cirandas Infantis no campo.

No que diz respeito à educação escolar do campo, essa temática aparece de maneira contundente nas cartas e nos manifestos dos Sem Terrinha. As Escolas do Campo são constantemente legitimadas pelos Sem Terrinha como espaços propícios para os processos formativos vivenciados por crianças e adolescentes nos

acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Esse reconhecimento se dá, mesmo quando consideradas as muitas negligências na efetivação da política pública educacional no contexto da reforma agrária que levam à “[...] falta material na escola, falta professor, transporte novo e melhor e falta até alimentação em algumas escolas” (MST-PB, 2017), como bem pontuado no Manifesto das Crianças Sem Terrinha da Paraíba, em 2017.

Conforme registros de Pellanda e Frossard (2021, p. 71), dentre as reivindicações dos Sem Terrinha, “[...] **a luta contra o fechamento de escolas é bastante acentuada**, inclusive pela denúncia enfatizada durante a ocupação do MEC realizada pelas crianças Sem Terrinha em fevereiro de 2014” (grifos das autoras). Isso foi evidenciado também na Carta dos Sem Terrinha referente ao XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha de Pernambuco, realizado em outubro de 2017, no qual as crianças e adolescentes registram:

[...] escrevemos também para denunciar o fechamento das escolas do campo e para dizer que lutaremos pela democracia assim como nossos pais lutaram! Porque nossa casa, nossa terra, nossa escola foi uma conquista que nos ensinam a brincar, estudar e lutar sempre (MST-PE, 2017).

De maneira concomitante à luta e à denúncia contra o fechamento de escolas do campo, no conjunto de suas elaborações, os Sem Terrinha expressam a reivindicação da construção de escolas em todos os assentamentos como registrado no Manifesto do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha da Regional Milton Freitas de Minas Gerais, no qual, os Sem Terrinha afirmaram: “[...] nós queremos que toda área de reforma agrária tenha escola do campo, pois nossa escola faz parte da nossa realidade rural” (MST-MG, 2019).

Ainda de acordo com Pellanda e Frossard (2021), no que tange à educação escolar do campo no contexto dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, as crianças e adolescentes Sem Terrinha pontuam importantes elementos relacionados ao trabalho pedagógico, à inserção e atuação de professores(as), ao transporte escolar e à alimentação escolar.

No que diz respeito ao trabalho pedagógico nas escolas do campo, os Sem Terrinha reivindicam em suas cartas e manifestos:

- Eliminação de formas de preconceito e discriminação na escola;
- Implementação de um currículo que dialogue com a realidade e valorização do trabalho camponês;
- Realização de atividades extracurriculares;
- Manutenção da escola aberta para a comunidade nos finais de semana;
- Realização de cursos de informática;
- Realização de atividade em diferentes linguagens – artísticas e culturais;

- Promoção de experiências agroecológicas e cuidado ambiente;
- Constituição da escola como espaço de respeito à diversidade e à criatividade;
- Garantia e ampliação do acesso à internet no campo;
- Oferta de cursos de idiomas no campo;
- Constituição da escola como espaço livre de agrotóxicos;
- Organização de horta coletiva, galinheiro, florestas, plantio de frutas e muita variedade nas escolas do campo;
- Construção e organização de biblioteca nas escolas do campo (Pellanda; Frossard, 2021, p. 73).

A formação, a atuação e as condições de trabalho de professores(as) nas escolas do campo em acampamentos e assentamentos de reforma agrária também se constitui como ponto recorrente nas reivindicações das crianças e adolescentes Sem Terrinha. A título de exemplo, tem-se o registro posto no Manifesto do Sem Terrinha do Paraná, realizado em outubro de 2016, no qual as crianças e adolescentes demandam “[...] professores em condições para assumir as aulas, com maior tempo na escola e que se identifique com educação do campo” (MST-PR, 2016). De modo geral, verifica-se reivindicações para

- Viabilização da contratação de professores e professoras do Assentamento;
- Qualificação do trabalho nas escolas do campo;
- Valorização do trabalho docente no campo;
- Garantia da formação para professores e professoras;
- Contratação de professores e professoras e demais profissionais da educação (Pellanda; Frossard, 2021, p. 74).

No que diz respeito ao transporte escolar, as crianças e os adolescentes Sem Terrinha reivindicam:

- Garantia de maior disponibilidade do transporte escolar;
- Garantia de maior qualidade no transporte escolar;
- Diminuição das distâncias no trajeto do transporte escolar;
- Garantia de estradas de qualidade nas Comunidades;
- Viabilização de transporte escolar seguro;
- Revisão dos valores destinados ao transporte escolar;
- Ampliação da quantidade de linhas do transporte escolar (Pellanda; Frossard, 2021, p. 75-76).

Já em relação à alimentação escolar os Sem Terrinha, em suas elaborações pontuam “[...] a **oferta de alimentação saudável na escola e que a mesma seja adquirida da própria Comunidade**” (Pellanda; Frossard, 2021, p. 78, grifos das autoras). Questão esta que dialoga diretamente com as condições de estar nas escolas do campo, mas também, com a própria produção da existência nos acampamentos e assentamentos.

ASPECTOS FORMATIVOS CONSTITUINTES DA IDENTIDADE SEM TERRINHA

A continuidade da luta desenvolvida pelo MST se dá, dentre outras maneiras, pela formação das novas gerações, de sujeitos que compreendem as demandas que a luta pela terra traz e se organizam coletivamente em prol de superá-las. Nesse sentido, destacamos aqui o movimento social como grande espaço formador, como espaço educativo onde se forjam valores e posturas não somente em adultos, mas também em crianças, adolescentes e jovens.

Compreendemos que por vivenciarem espaços de luta como manifestações, ocupações, despejos, reuniões, discussões sobre pautas, mesas de negociação, audiências, os filhos e filhas das famílias Sem Terra, em seu cotidiano, vão adquirindo especificidades que carregam o potencial de lhes conferir um perfil de luta e organização coletiva mesmo nesta faixa etária, instituindo assim a identidade dos Sem Terrinha.

Concordamos com Martins, ao sinalizar que

[...] o processo de aquisição das particularidades humanas, isto é, dos comportamentos complexos culturalmente formados, demanda a apropriação do legado objetivado pela prática histórico-social. Os processos de internalização, por sua vez, interpõem-se entre os planos das relações interpessoais (intrapsíquicas), o que significa dizer: instituem-se baseados no universo de objetivações humanas disponibilizadas para cada indivíduo por meio da mediação de outros indivíduos, ou seja, por processos educativos (Martins, 2020, p. 14).

Indo nesta direção, destacamos que o contexto histórico e social vivenciado pelos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra é decisivo para a afirmação da identidade Sem Terrinha, como mencionado anteriormente. Por meio destes espaços educativos "As crianças assimilam esse mundo, a cultura humana, assimilam pouco a pouco as experiências sociais que essa cultura contém, os conhecimentos, as aptidões e as qualidades psíquicas do homem. É essa a herança social (Mukhina, 1995, p. 40).

Nesta perspectiva, os processos formativos que estes sujeitos experimentam desde a mais tenra idade são efetivados por mediações com as mães, os pais, os vizinhos, os amigos, a mídia e a sociedade em geral, de maneira informal ou mesmo formal, e são determinantes enquanto objetivações humanas da prática histórico-social do MST.

Estando imersos no contexto de luta pela terra, pela reforma agrária, por Educação do Campo e de modo geral, por condições dignas de vida no campo, pela superação das injustiças sociais e pela transformação social, os Sem Terrinha vivenciam

a luta como necessária e cotidiana, bem como, a importância da organização coletiva para tal.

Em seu dia a dia, nos acampamentos, assentamentos, reuniões, cursos, formações e escolas, os Sem Terrinha observam os adultos se organizando para lutar pelas pautas coletivas. Percebem que em diversos espaços, suas mães, professores(as), amigos e vizinhos se colocam em movimento, articulando-se no movimento social, para questionar a ordem das coisas e lutar pelas mudanças necessárias, como bem expresso por Caldart (2014) na Pedagogia do Movimento Sem Terra.

Além da vivência destas experiências compreendidas como informais – e nem por isso, menos importantes – vale ressaltar que os Sem Terrinha também participam de espaços formais de educação construídos especificamente para eles. Conforme destacado, as crianças e adolescentes também são compreendidas como sujeitos sociais de direito e importantes na luta pela terra. Desta forma, desde bebês as crianças possuem um espaço organizado intencionalmente para seu desenvolvimento enquanto suas mães e pais estão em atividades de estudo, reuniões e formações. Estes espaços, como já indicado anteriormente, são as Cirandas Infantis.

Destaca-se que as Cirandas Infantis são constituídas em espaços onde existe a necessidade das mães e pais dedicarem-se aos estudos sem se separar de seus filhos e filhas por grandes períodos de tempo. Colocam-se como espaços onde se desenvolvem atividades pedagógicas com as crianças. O brincar está vinculado à formação política das crianças. Nesses espaços a construção da identidade camponesa e Sem Terra é valorizada. Compreende-se a criança como sujeito de direitos que brinca e na brincadeira aprende sobre temas tais como: Agroecologia, produção de alimentos saudáveis, Estatuto da Criança e do Adolescente, produção de animais e cultivo da horta (Silva, 2020, p. 145).

Para além dos exemplos trazidos neste excerto, acrescentamos que nas Cirandas Infantis do MST a constituição de um ambiente educativo lúdico, mesmo com todas as dificuldades de infraestrutura e recursos, preza também pela formação estética e artística, cultiva a memória de luta e se constitui como um espaço coletivo das crianças Sem Terrinha que demandam cuidados, mas que também são compreendidas como sujeito social de direito neste espaço.

Toda essa experiência que vai sendo adquirida em meio a vivência no MST incide para que as crianças e os adolescentes também passem a compreender a necessidade da luta e da organização nas suas vivências infanto-juvenis. A participação neste contexto social é um potencial para que crianças e adolescentes passem a olhar para suas próprias reivindicações, suas próprias pautas, passem a pensar sobre e questionar suas circunstâncias de vida. E nesse sentido, muitas delas passam a aspirar a luta social e a organização coletiva desde a sua vivência infanto-juvenil.

Desta forma, percebemos a constituição de coletivos de crianças, adolescentes e jovens no interior do MST que passam a se auto-organizar, não exatamente sem a presença dos adultos e cuidadoras(es), mas sim, sustentadas nos seu protagonismo como crianças e adolescentes Sem Terrinha.

Ao tratar da experiência de coletivos infantis da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Pistrak pontua que “As crianças, como as pessoas em geral, formam um coletivo quando elas **conscientemente** se unem por determinados interesses que lhe **são próximos**” (Pistrak, 2018, p. 228, grifos do autor). Tendo o referencial da experiência soviética como um de seus alicerces, o MST vem nos mostrando possibilidades bastante ricas em termos de constituição da consciência de classe desde a infância e adolescência.

Cabe destacar aqui a importância dos espaços de protagonismo infanto-juvenil em uma sociedade basicamente adultocêntrica, que tende a priorizar a voz de adultos de faixa etária produtiva e relega a crianças, jovens e idosos a imagem de sujeitos secundários, menos importantes, dependentes, imaturos e portanto sem prestígio, que demandam cuidados e proteção, e que, por isso, não são vistos, de maneira geral, como sujeitos com voz ativa, como demandantes e sim, infelizmente, apenas como meros receptores.

Na luta pela terra no Brasil, tomada em sua historicidade, esta realidade também não é diferente. Conforme salienta Ramos ao discutir a infância no campo:

A história da luta pela terra, de certa forma, é representada com o protagonismo dos adultos homens, embora as mulheres sejam uma parte constitutiva fundamental no contexto da organização e, somado às crianças, enfrentam todas as mazelas impostas pelo capitalismo (Ramos, 2021, p. 22).

A autora ainda reforça que

A invisibilidade e silenciamento da criança na luta pela terra se reflete na ausência do tema nos estudos e pesquisas sobre a questão agrária, assim como na subalternização em pesquisas sobre a história da criança e da infância no Brasil, que a narra como escravizada, trabalhadora explorada, colonizada, isto é, “sem infância” [...]. Pouco se sabe sobre as insurgências das crianças no contexto agrário (Ramos, 2021, p. 22).

Neste contexto, buscando dar visibilidade à luta dos sujeitos Sem Terrinha, suas reivindicações e pautas, é assumido o desafio, neste texto, de sistematizar seus anseios expressos nos documentos analisados. Ressalta-se assim, a voz das crianças e adolescentes, registradas nas cartas e nos manifestos dos Sem Terrinha, o que leva a uma consistente pauta de reivindicações forjada na luta e no protagonismo infanto-juvenil na luta pela terra no Brasil.

A síntese construída, coloca-se como elemento que pode contribuir para registrar o protagonismo e a autonomia dos Sem Terrinha e, ao mesmo tempo, corrobora com a necessária desnaturalização da invisibilidade infanto-juvenil no que tange a luta pela terra e por condições dignas de vida no campo brasileiro. E isso passa necessariamente pela efetividade da reforma agrária e a concretização da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas educacionais nos acampamentos e assentamentos de todo país como bem apontado pelos Sem Terrinha.

CONSIDERAÇÕES

As crianças e os adolescentes Sem Terrinha, por meio de seus coletivos organizados e de suas mobilizações, vêm colocando para a sociedade em geral suas demandas. Nessa perspectiva, de forma bastante potente, evidencia-se que suas demandas não são vinculadas apenas ao seu cotidiano imediato, mas, são reivindicações vinculadas de modo direto com o contexto mais amplo. Suas pautas, se relacionam com as questões das ocupações de terra, das problemáticas que envolvem a vida nos acampamentos e nos assentamentos, bem como, preocupações relacionadas ao acesso e permanência na escola. Desta forma, constata-se que as crianças e os adolescentes Sem Terrinha demonstram interesse em questões presentes no conjunto da sociedade brasileira de modo geral e no contexto da luta pela terra de modo específico.

Da mesma forma, tem-se como fundamental a explicitação destes sujeitos, na busca pela garantia de espaços onde suas vozes sejam ouvidas e consideradas. Isso fica evidente na Carta dos Sem Terrinha da Região Sul, elaborada em outubro de 2017, a qual demonstra como isso é registrado nas próprias palavras das crianças e adolescentes:

Enfim, senhores e senhoras adultos que têm o poder de tomar decisões, nos permitam sonhar. Não nos tirem este direito, não desrespeitem a nossa infância e não nos tratem como números amontoados em cadastros pouco usados ou em folhas de chamadas. Nos deixem viver em um mundo limpo, saudável, democrático e em que a ousadia de lutar e sonhar seja respeitada. Temos esperança em dias melhores! (MST-RS, 2017).

Essa percepção por parte dos Sem Terrinha anuncia sua compreensão de que desde o período da infância e da juventude, os mesmos precisam se organizar coletivamente para serem ouvidos pelos adultos e pela sociedade em geral, e indica a compreensão da amplitude dessa luta que é construída também pelos Sem Terrinha na busca por dias melhores, no âmbito da reforma agrária e da Educação do Campo.

À guisa de conclusão, é possível indicar que essas crianças e adolescentes vêm desenhando sua participação histórica na luta pela terra, se compreendem como pertencentes a essa luta e são protagonistas com participação efetiva na busca por direitos. Sua autonomia e protagonismo têm se efetivado na luta pelo tensionamento junto ao Estado denunciando sua omissão, e lutando pela construção de políticas públicas que atendam também aos seus interesses.

Dar visibilidade e o devido reconhecimento a estas iniciativas passa por abrir espaço para a divulgação das ações do público infanto-juvenil no âmbito acadêmico, bem como, possibilita perceber novas formas de se articular, de lutar e de construir a consciência de classe, que podem também passar pela ludicidade, pela brincadeira, pela alegria, pela arte, pelos sonhos e sobretudo, pela riqueza de ter uma infância e uma juventude atravessadas pela luta política e social.

Assim, faz-se necessário aprofundar reflexões sobre a infância e a adolescência Sem Terrinha de modo a compreender esses sujeitos como sujeito social de direito e ao mesmo tempo em processo de desenvolvimento humano. Este aprofundamento, que iniciamos aqui, pode trazer implicações para pensarmos a prática pedagógica e a formação de professores(as), em especial, nos cursos de formação de professores(as) do campo, tais como a Pedagogia para Educadores do Campo e/ou a Pedagogia da Terra e a Licenciatura em Educação do Campo.

De acordo com Arroyo (2012), isso passa por compreender o papel ocupado pelos movimentos sociais do campo como sujeitos de políticas de formação de educadores(as), o que sugere a incorporação das práticas concretas dos movimentos sociais como substrato na formação e na atuação do(a) educador(a) do campo.

Os elementos apontados neste trabalho sinalizam o potencial que o protagonismo infanto-juvenil Sem Terra pode assumir se o colocarmos como uma das referências para (re)pensar a construção de políticas públicas, a formação de professores(as) no Brasil e o próprio trabalho pedagógico. Os elementos expostos indicam a necessidade de que as políticas e legislações vigentes sejam diretrizes orientadoras, não prescritivas do caráter da docência e dos processos educativos escolares.

Nesse sentido, dada a intencionalidade das políticas educacionais e do ato educativo em si, reafirmamos a importância de que os processos educativos se deem de forma contextualizada, considerando a demanda dos sujeitos coletivos de direitos e a diversidade de contextos, e não tendo por referência a padronização dos processos educativos, que, por vezes, desconsidera a riqueza humana como elemento basilar na formação de professores(as).

Deste modo, as temáticas inerentes aos processos de formação de professores(as) na Educação do Campo demandam considerar as inúmeras práticas formativas forjadas pelos movimentos sociais, das quais destaca-se aqui a formação e a identidade dos Sem Terrinha, evidenciada em seu protagonismo e na sua condição de sujeito social de direito no contexto da luta pela terra, por reforma agrária e por uma Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Formação de educadores do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALETEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 359-365, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Violência Contra a Pessoa**: Assassinatos aumentam em mais de 30% e indígenas concentram, novamente, maior número de vítimas. 2023. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14286&catid=95&m=0>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Por uma educação do campo**: Campo - Políticas Públicas - Educação. Brasília: Incra; MDA, p. 39-66, 2018.

GEHRKE, Marcos. **Escrever para continuar escrevendo**: as práticas de escrita da Escola Itinerante do MST. – 2010. 168 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23403/Dissertacao_14.04.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (orgs.). **Periodização histórico cultural do desenvolvimento psíquico** – do nascimento à velhice. 2º ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, p. 13-34, 2020.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação Infantil:** movimento da vida dança do aprender. Caderno de Educação nº 12, novembro de 2004. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/mst-caderno-da-educacao-no-12-educacao-infantil-movimento-da-vida-danca-do-aprender/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Seminário Nacional: o lugar da infância no MST. 2007. In: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação no MST Memória** – documentos 1987-2015. Caderno de Educação nº 14, São Paulo, p. 123-125, novembro de 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/mst-caderno-da-educacao-no-14-educacao-no-mst-memoria-documentos-1987-2015/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação da Infância Sem Terra:** Orientações para o trabalho de base. Caderno da Infância Nº 01, São Paulo, dezembro de 2011. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/mst-caderno-da-infancia-no-01-educacao-da-infancia-sem-terra-orientacoes-para-o-trabalho-de-base/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. II Seminário Nacional da Infância Sem Terra. 2014. In: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Educação no MST Memória** – documentos 1987-2015. Caderno de Educação nº 14, São Paulo, p. 173-181, novembro de 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/mst-caderno-da-educacao-no-14-educacao-no-mst-memoria-documentos-1987-2015/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Página oficial do MST na internet.** 2023. Disponível em: < <https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-MG – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Minas Gerais. **Manifesto do 1º Encontro das Crianças Sem Terrinha da Regional Milton Freitas (Metropolitana).** Outubro de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/10/18/encontro-regional-sem-terrinha-reune-80-criancas-em-mg/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST- NACIONAL – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Nacional. **Manifesto dos Sem Terrinha à sociedade brasileira.** VI Congresso Nacional do MST – Ocupação do MEC. Fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/15314-criancas-do-mst-ocupam-ministerio-da-educacao-por-escolas-do-campo>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-NACIONAL – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Nacional. **Manifesto das Crianças Sem Terrinha.** 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha. Julho 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/07/24/queremos-que-todas-as-criancas-possam-ser-felizes-e-livres-afirma-manifesto-das-criancas-sem-terrinha/>>. Acesso em: 22 abr. 2023

MST-PB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Paraíba. **Manifesto das Crianças Sem Terrinha da Paraíba. Outubro de 2017.** Documento não publicado

MST-PE – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Pernambuco. **Carta dos Sem Terrinha**. XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Outubro de 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/10/11/criancas-se-reunem-em-pernambuco-para-o-xiii-encontro-estadual-dos-sem-terrinha/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-PR – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Paraná. **Manifesto dos Sem Terrinha**. 12º Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Novembro de 2016. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/11/11/no-parana-12o-encontro-dos-sem-terrinha-encerra-com-luta-cores-e-brincadeiras/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-PR – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Paraná. **Manifesto das Crianças Sem Terrinha**. XIII Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Outubro de 2019. Disponível em: <<https://porem.net/wp-content/uploads/2019/10/MANIFESTO-DOS-SEM-TERRINHA-out.2019.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-RS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Rio Grande do Sul. **Carta dos Sem Terrinha da Região Sul**. Encontro dos Sem Terrinha da região Sul do Rio Grande do Sul. Outubro de 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/10/10/sem-terrinhos-fazem-encontro-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MST-RS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Rio Grande do Sul. **Carta das Crianças Sem Terrinha**. 19º Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha. Outubro de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/10/11/sem-terrinha-dos-rs-reivindicam-melhorias-a-educacao-no-campo/>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele. **Crianças e Adolescentes em Áreas de Reforma Agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. (Outras Expressões). Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/estudo_reforma_agraria_com_capa.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovick. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAMOS, Márcia Mara. 2021. **Infância do campo**: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17661>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

RAMOS, Márcia Mara; AQUINO, Ligia Leão de. As crianças sem terrinha e as mobilizações infantis no Brasil. In: **Praxis & Saber**, Vol. 10, Núm. 23 - Mayo - Agosto 2019, p. 157-176. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/prasa/v10n23/2216-0159-prasa-10-23-157.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

RAMOS, Marcia Mara; LEITE, Valter de Jesus; REZENDE, Janaína Ribeiro. As crianças Sem Terrinha e o enfrentamento à Pandemia de Covid-19: como brincar, sorrir e lutar

nesse contexto? In: **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1305-1331, dez./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/77437/45043>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

RAVENA, Monyse. **Os Sem Terrinha**: uma história da luta social no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. **A organização do trabalho pedagógico nas Cirandas Infantis do MST**: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos sem terrinha. São Paulo: Expressão Popular, 2021

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo; SILVA, Flávia Tereza da. Ciranda Infantil. In: Caldart, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 125-128, 2012.

SILVA, Janaine Zdebski da. **Pedagogia do Movimento como expressão da Pedagogia Socialista**: a prática educativa do MST no II ENERA. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5066/5/Janaine_Zdebski_da_Silva_2020.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SOUZA, Maria Antonia de. Pesquisa Educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 36, 2020, p. 1-22. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/363HrbqmcT5KzQqJBGTBGtb/?lang=pt>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

STEDILE, João Pedro; FERNNADES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2012.

TATEMOTO, Rafael. Encontro Nacional de Sem Terrinhas uniu diversão, aprendizado e mobilização. In: **Jornal Brasil de Fato**. Brasília (DF), 27 de Julho de 2018 às 06:03. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/27/encontro-nacional-de-sem-terrinhas-uniu-diversao-aprendizado-e-mobilizacao>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

VERDÉRIO, Alex. Inserção de setores populares na universidade a partir da interface entre Educação Superior e Educação do Campo. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 13, n. 28, p. 65-85, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5652/3676>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VERDÉRIO, Alex; SILVA, Janaine Zdebski da; CAMPOS, João Carlos de; LEITE, Valter de Jesus. Formação de educadores na interface Educação Superior – Educação do Campo: análise a partir da experiência na UNIOESTE. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, p. 1-23, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/R8Mr58QvbQpvdDX4y3VCcSd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

O PROTAGONISMO DOS SEM TERRINHA NA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA E POR EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MST

The role of the Landless in the struggle for Agrarian Reform and Rural Education in MST (Landless Workers Movement)

Alex Verdério

Doutor em Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Amargosa, Brasil
alexverderio@ufrb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-0492-6543>

Janaine Zdebski da Silva

Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Formação de Professores
Amargosa, Brasil
janainezs@ufrb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-0265-0720>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Rua Loteamento Pôr do Sol, 70, 45.300-000, Amargosa, BA, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. Verdério, J. Z. da Silva

Coleta de dados: A. Verdério, J. Z. da Silva

Análise de dados: A. Verdério, J. Z. da Silva

Discussão dos resultados: A. Verdério, J. Z. da Silva

Revisão e aprovação: A. Verdério, J. Z. da Silva

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 16-05-2023 – Aprovado em: 07-10-2023